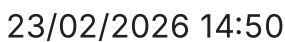


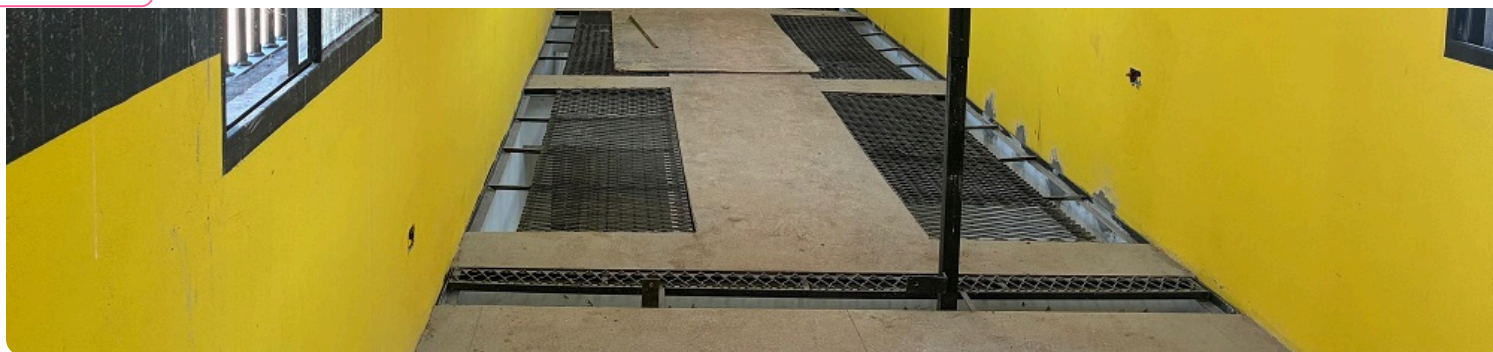
TVC Ao Vivo

Após cinco meses suspensa, licitação de R\$ 94 milhões para presídios é liberada em MS

Tribunal de Contas revoga liminar após correções, mas mantém exigências e prevê nova publicação do edital



TVC Ao Vivo



Uma licitação de R\$ 94,8 milhões para fornecimento de refeições no sistema prisional de Mato Grosso do Sul foi liberada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), após permanecer suspensa por cerca de cinco meses devido a falhas identificadas no edital.

O processo prevê a contratação de empresa responsável pelo preparo, transporte e distribuição de alimentação nas unidades prisionais administradas pelo Estado. A concorrência havia sido interrompida após análise técnica apontar inconsistências no planejamento, na definição de custos e em exigências que poderiam restringir a participação de empresas interessadas.

Falhas envolveram preços, exigências e planejamento

Entre os principais problemas identificados estavam a ausência de justificativas econômicas claras, falhas na estimativa do número de refeições e exigências consideradas incompatíveis com o objeto do contrato.

Também foram questionadas regras que poderiam limitar a concorrência, além da falta de previsão formal de um programa de integridade.

TVC Ao Vivo

Tribunal autorizou retomada, mas manteve determinações

Mesmo com a liberação, o Tribunal determinou que o edital seja republicado com as correções formais pendentes, incluindo a inclusão expressa do programa de integridade e a retirada definitiva de cláusulas que possam afetar a competitividade.

Na decisão, o relator do caso, conselheiro Iran Coelho das Neves, considerou que as falhas iniciais foram corrigidas e que não havia mais justificativa para manter a suspensão da licitação, especialmente por se tratar de um serviço essencial ao funcionamento do sistema prisional.

O Tribunal também determinou que o processo continuará sob fiscalização, com possibilidade de responsabilização caso novas irregularidades sejam identificadas.

Licitação envolve serviço essencial e contrato de alto valor

O contrato integra uma das principais despesas operacionais do sistema penitenciário estadual e garante o fornecimento regular de alimentação às pessoas privadas de liberdade.

A suspensão e posterior liberação do processo ocorrem em meio ao acompanhamento dos órgãos de controle sobre os contratos e a gestão de recursos no sistema prisional, área que envolve valores elevados e serviços considerados essenciais.